

Boletim Informativo Tributário

Nº 458 - JUNHO/2018

ESSE BOLETIM ENCONTRA-SE EM
WWW.CCA.COM.BR

Consultoria,
treinamento para gestão administrativa
e atuação em processos e negócios.

**CCA
BERNARDON**
CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

NESTA EDIÇÃO:

TRIBUTOS FEDERAIS

Agenda Tributária Federal – Junho/2018.....	03
Regime Tributário do Simples Nacional - Consolidação da Legislação - Revogação da Resolução CSGN nº 94/2011.....	03
EFD-Contribuições - Nota Técnica nº 007/2018.....	03
PRR - Programa de Regularização Tributária Rural – Prorrogado o prazo de adesão para 30/10/2018.....	03

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA

Imposto de Renda na Fonte.....	04
--------------------------------	----

INSS

Contribuição Previdenciária - Tabela de Salário-Contribuição.....	05
- Salário-Família.....	05
FUNRURAL – PRR - Débitos Administrados pela PGFN.....	05
PRR - Alterada a Instrução Normativa RFB n. 1.784/2018.....	05
FUNRURAL - Preenchimento da GFIP.....	06

TRABALHO

Reforma Trabalhista.....	06
- Regras Voltadas à Execução da Reforma.....	06
Fiscalização do FGTS e das Contribuições Sociais - Regras.....	06
Manual de Orientação ao Empregador - Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais - Versão 7.....	06

ICMS

Portal Nacional da Substituição Tributária - Regras para a sua Manutenção e Atualização.....	07
Inscrição no CGC/TE - Procedimentos para Cancelamento de Comerciante que Operar com Mercadoria de Origem Ilícita.....	07
EFD ICMS IPI - Publicada versão 2.4.4.....	07
Atos Normativos Estaduais Relativos aos Benefícios Fiscais do ICMS - Autorização para Publicação até 28/12/2018 de Atos não Publicados	

até 29/03/2018 - Convênio ICMS 190/2017.....	07
Alterações no RICMS/RS Divulgadas Pela SEFAZ/RS.....	08
Alterações no Regulamento.....	08
Alterações na Instrução Normativa DRP 45/98, divulgadas pela SEFAZ/RS.....	08

ISSQN – PORTO ALEGRE

Alterações na Legislação - Regulamentações.....	10
---	----

RECOLHIMENTO FORA DE PRAZO

Tributos Federais.....	12
Tributos Estaduais.....	13
Tributos Municipais.....	13

INFORMES ECONÔMICOS

Salário-Mínimo, UPF, UFM, UPC, TJLP, INPC, IGPM, SELIC, UIF, ITR e Outros.....	14
Dólar (Cotação Diária).....	14

TRIBUTOS FEDERAIS

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

- **Junho/2018:** Os vencimentos dos prazos para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos por esse órgão, definidas em legislação específica, no mês de junho de 2018, são os constantes do Anexo Único do Ato Declaratório Executivo Codac n. 7/2018, Edição de 28 de maio de 2018.

REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL

- **Consolidação da Legislação - Revogação da Resolução CGSN nº 94/2011:** A Resolução CGSN n. 140/2018, DOU 24 de maio de 2018, consolida a legislação que trata do regime tributário do Simples Nacional e, revoga a Resolução CGSN nº 94/2011, que regulamentava Simples Nacional.

Destacamos que, o art. 144 da legislação em comento, determina que o contribuinte poderá apresentar um pedido de parcelamento convencional por ano-calendário e, que, esse limite fica alterado para dois durante o período previsto para a opção pelo parcelamento de que trata a Lei Complementar nº 162/2018 (PERT-SN).

Essa resolução entre em vigor a partir de 1º.08.2018, com exceção ao art. 144, o qual passa a vigorar a partir de 24.05.2018.

EFD-CONTRIBUIÇÕES

- **Nota Técnica nº 007/2018:** A Nota Técnica EFD-Contribuições n. 007/2018, publicada no sítio do SPED, em 28 de maio de

2018, dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas pessoas jurídicas optantes pelo recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), sujeitas ao cronograma de obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) e da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).

As entidades componentes do Grupo 1 a que se refere a Instrução Normativa RFB n. 1.701/2017, sujeitas à escrituração da CPRB na EFD-Reinf, deverão observar os seguintes procedimentos na escrituração da CPRB na EFD-Contribuições:

- Em relação aos meses de competência de janeiro a junho de 2018, proceder à regular apuração e escrituração da CPRB, no Bloco P da EFD-Contribuições, informando os valores devidos na DCTF Mensal;

- Em relação aos meses de competência a partir de julho de 2018, não mais proceder à regular apuração e escrituração da CPRB, no Bloco P da EFD-Contribuições, passando a apuração e escrituração da referida contribuição a ser efetuada apenas na EFD-Reinf, sendo os valores devidos a integrar a DCTFWEB;

As entidades do Grupo 1 de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.701/2017, na escrituração da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores a partir de julho de 2018, não devem preencher o “Registro 0145: Regime de Apuração da Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta”, ficando assim desobrigadas de escriturar o Bloco P, de apuração da CPRB.

PRR - PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA RURAL

- **Prorrogado o prazo de adesão para 30/10/2018:** A Medida Provisória n. 834/2018, DOU de 30 de maio de 2018, altera a Lei n. 13.606/2018, para prorrogar o prazo de adesão

ao Programa de Regularização Tributária Rural para 30 de outubro de 2018.

Com essa publicação, a adesão ao PRR ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado até 30 de outubro de 2018 e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de sub-rogado.

IR - PESSOA FÍSICA

IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

A Lei n. 13.149/2015, DOU de 22 de julho de 2015, altera as Leis nºs 11.482/2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, 7.713/1988, 9.250/1995, e 10.823/2003.

A norma em questão, dispõe sobre a conversão da Medida Provisória nº 670/2015 em lei, a qual trata sobre:

a) Aprovação da tabela progressiva mensal a seguir, a ser utilizada a partir do mês de abril/2015 para fins da apuração do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas:

Base de cálculo mensal (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

b) Alteração dos limites referentes a:

b.1) Dedução título de dependentes, para fins de cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte mensal – R\$ 189,59 e para o imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 2.275,08;

b.2) Limite de educação com despesas de instrução, para fins de apuração do Imposto devido na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 3.561,50;

b.3) Valor-limite do desconto simplificado, que substituirá todas as deduções permitidas na legislação, correspondente à dedução de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual – R\$ 16.754,34;

b.4) Rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade – R\$ 1.903,98.

c) Rendimentos recebidos acumuladamente, o qual dispõe que:

c.1) os rendimentos recebidos acumuladamente e submetidos à incidência do Imposto de Renda com base na tabela progressiva, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, serão tributados exclusivamente na fonte, no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês; e

c.2) no caso dos rendimentos recebidos acumuladamente, quando correspondentes ao ano-calendário em curso, eles serão tributados no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos do valor das despesas com ação

judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização.

INSS

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

• **Tabela de Salário-Contribuição:** A Portaria MTPS n. 15, DOU de 17 de janeiro de 2018, trouxe a nova tabela de contribuição previdenciária, a ser aplicada sobre os fatos geradores que ocorrerem a partir da competência janeiro de 2018, relativamente aos segurados empregados, domésticos e trabalhadores avulsos, conforme segue:

Salário de Contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS
Até 1.693,72	8%
De 1.693,73 até 2.822,90	9%
De 2.822,91 até 5.645,80	11%

O valor da quota do salário-família, a partir da competência janeiro de 2018, é de:

I – R\$ 45,00: para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 877,67; e

II – R\$ 31,71: para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 877,67 e igual ou inferior a R\$ 1.319,18.

Tendo em vista a vigência da nova tabela de contribuição previdenciária, recomendamos que, antes de elaborarem a GFIP desse mês de janeiro, procedam ao download da versão atualizada da tabela do INSS.

Por força da elevação do salário-mínimo nacional para R\$ 954,00, a partir desse mês de janeiro, o salário-de-benefício e o salário-de-contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 954,00 nem superiores a R\$ 5.645,80.

FUNRURAL – PRR

• **Débitos Administrados pela PGFN:** A Portaria PGFN n. 41/2018, DOU de 04 de maio de 2018, altera a Portaria PGFN n. 29/2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) de que trata a Lei n. 13.606/2018, para os débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Feita a adesão, o sujeito passivo deverá comparecer às unidades de atendimento da PGFN ou da RFB de seu domicílio tributário, até o dia 30/06/2018, para comprovar o pedido de desistência e a renúncia de ações judiciais, mediante a apresentação da 2ª via da correspondente petição protocolada ou de certidão do Cartório que ateste a situação das referidas ações.

PRR

• **Alterada a Instrução Normativa RFB n. 1.784/2018:** A Instrução Normativa RFB n. 1.805/2018, DOU de 07 de maio

de 2018, altera a Instrução Normativa RFB n. 1.784/2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pela Lei n. 13.606/2018.

FUNRURAL

• **Preenchimento da GFIP:** Tendo em vista as inúmeras alterações recentemente promovidas na legislação previdenciária, notadamente no que se refere ao FUNRURAL incidente na comercialização por parte de produtores rurais pessoas físicas e jurídicas, a RFB publicou o Ato Declaratório Executivo Codac n. 6/2018, no DOU de 07 de maio de 2018, trazendo novas disposições para o preenchimento da GFIP pelos produtores rurais pessoas físicas e jurídicas e pelas empresas adquirentes de produtores rurais pessoas físicas.

TRABALHO

REFORMA TRABALHISTA

Através do Parecer CONJURMTB/CGU/AGU n. 248/2018, DOU de 16/05/2018, o Ministério do Trabalho posicionou-se sobre a aplicabilidade imediata da Lei n. 13.467/2017 a todos os contratos de trabalho regidos pela CLT, inclusive àqueles inicia-

dos antes da vigência da referida Lei e que continuaram em vigor após 11/11/2017, quando a mesma passou a ser aplicável.

• **Regras Voltadas à Execução da Reforma:** Através da Portaria MTb n. 349/2018, DOU de 24 de maio de 2018, o Ministério do Trabalho estabeleceu regras voltadas à execução da Lei n. 13.467/2017, que depõe sobre a Reforma Trabalhista, notadamente em relação ao trabalho autônomo e contrato de trabalho intermitente.

FISCALIZAÇÃO DO FGTS E DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

• **Regras:** A Instrução Normativa SIT n. 144/2018, DOU de 21 de maio de 2018, dispõe sobre a fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar n. 110/2001.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO AO EMPREGADOR

• **Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais - Versão 7:** A Circular CAIXA n. 807/2018, DOU de 21 de maio de 2018, retificada no DOU de 23 de maio de 2018, divulga a atualização do Manual de Orientação Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais que dispõe sobre os procedimentos pertinentes à arrecadação do FGTS, versão 7, disponibilizada no sítio da CAIXA, www.caixa.gov.br, opção download FGTS Manuais Operacionais.

PORTAL NACIONAL DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

• **Regras para a sua Manutenção e Atualização:** O Convênio ICMS n. 43/2018, DOU de 17 de maio de 2018, altera o Convênio ICMS 18/2017, que institui o Portal Nacional da Substituição Tributária e estabelece as regras para a sua manutenção e atualização.

Com essa publicação, foi alterada a data, de 01.01.2018 para 01.01.2019, em que será disponibilizado, no site do CONFAZ, o Portal Nacional da Substituição Tributária com informações gerais sobre a aplicação dos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação.

As informações gerais serão enviadas, de acordo com o modelo constante no Anexo Único em formato de planilha eletrônica, pela unidade federada de destino à Secretaria Executiva do CONFAZ, que disponibilizará no sítio eletrônico do CONFAZ.

O envio da planilha eletrônica à Secretaria Executiva do CONFAZ, inclusive quando houver alteração em algum dos campos relacionados no Anexo Único, deve conter a respectiva chave única de codificação digital - "hashcode", obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest Algorithm 5", de domínio público.

Além disso, a cada atualização dos campos relacionados no Anexo Único, deverá ser enviada nova versão da planilha eletrônica contendo todos os segmentos de produtos, inclusive as informações não alteradas.

INSCRIÇÃO NO CGC/TE

• **Procedimentos para Cancelamento de Comerciante que Operar com Mercadoria de Origem Ilícita:** A Lei n. 15.182/2018, DOE RS de 16 de maio de 2018, dispõe sobre o cancelamento da

inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes de Tributos Estaduais - CGC/TE - do estabelecimento comercial que, de qualquer forma, adquirir, distribuir, entregar, armazenar, possuir em depósito, transportar, vender ou expuser à venda mercadoria de origem ilícita ou não comprovada e dá outras providências.

EFD ICMS IPI

• **Publicada versão 2.4.4:** De acordo com a notícia publicada no Portal do SPED (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/2674>) no dia 10 de maio de 2018, foi publicada versão 2.4.4 da EFD ICMS IPI, com alterações voltadas a otimização de desempenho do processo de validação dos arquivos.

ATOS NORMATIVOS ESTADUAIS RELATIVOS AOS BENEFÍCIOS FISCAIS DO ICMS

• **Autorização para Publicação até 28/12/2018 de Atos não Publicados até 29/03/2018 - Convênio ICMS 190/2017:** O COFAZ através da Resolução CONFAZ nº 2/2018, DOU de 18 de maio de 2018, republicado no DOU de 21 de maio de 2018, autoriza os Estados de Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo a publicar relação de atos normativos conforme o disposto no parágrafo único da cláusula terceira do Convênio ICMS 190/2017.

Veja o ANEXO ÚNICO da referida Resolução CONFAZ: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/resolucoes/resolucao-02-18>

ALTERAÇÕES NO RICMS/RS DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS

1) Decreto n. 54.069/2018, DOE de 17/05/2018 - Eixos não motores destinados a estabelecimento industrial - Diferimento parcial do ICM nas saídas internas - Alt. 4942 - Lei do ICMS, art. 31, § 8º, "a" - Prevê o diferimento parcial do pagamento do ICMS nas saídas internas de eixos não motores, classificados no código 8708.50.12 da NBM/SH-NCM, destinadas a estabelecimento industrial, desde que não resulte em valor a pagar, na operação, inferior a 7%. (Ap. II, S. V, item II)

ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul procedeu as seguintes alterações no Regulamento do ICMS:

- Alteração 4942 - Decreto n. 54.069 - DOE 17.05.18;
- Alteração 4944 - Decreto n. 54.090 - DOE 30.05.18;

Os referidos decretos poderão ser consultados na Internet, no endereço <http://www.cca.com.br/>.

ALTERAÇÕES NA IN/DRP Nº 45/98, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS

1) Instrução Normativa RE nº 17/2018, DOE de 08/05/2018 - UIF-RS - Maio de 2018 - No Apêndice XXVI, fica acrescentado o valor da UIF-RS para o mês de maio de 2018, com fundamento no Decreto nº 49.205/12, art. 30, parágrafo único, conforme segue:

Ano	Mês	Valor (R\$)
2018	Mai	24,97

(Ap. XXVI)

2) Instrução Normativa RE nº 18/2018, DOE de 08/05/2018 - ICMS ST - Altera a lista de Distribuidores Hospitalares - Na tabela do Apêndice XXXV:

a) ficam acrescentados os seguintes estabelecimentos, observada a ordem numérica do CNPJ, conforme segue:

CNPJ	EMPRESA
04.268.698.0001-81	DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CLARA LTDA
16.553.940.0001-48	MEDMAX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
23.866.426.0001-28	HOSPBOX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
93.161.230.0001-13	HOSPITALARES LTDA NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA

b) ficam excluídos os seguintes estabelecimentos, observada a ordem numérica do CNPJ, conforme segue:

CNPJ	EMPRESA
08.117.149/0001-67	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
08.651.433/0001-19	KASA DO MEDICAMENTO LTDA
08.725.154/0001-52	WAM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
09.200.303/0001-22	PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL"
11.018.062/0001-47	ADISUL COMERCIAL LTDA
13.435.670/0001-82	PIVA & KANOMATA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
25.357.392/0001-71	DMH - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

(Ap. XXXV)

3) Instrução Normativa RE nº 19/2018, DOE de 10/05/2018 - Programa COMPENSA-RS - Pagamento parcelado - Expedem instruções para o pagamento parcelado nos termos do art. 13 do Decreto nº 53.974/18, que instituiu o Programa COMPENSA-RS para regularização do ICMS. (Tít. III, Cap. XXXIV, e Anexo L-60)

4) Instrução Normativa RE nº 20/2018, DOE de 21/05/2018

• Prestadores de serviço de transporte ferroviário, de passageiros, de pessoas e/ou de cargas, e as refinarias de petróleo, ou suas bases e CPQ - Prazos de entrega da GIA - Altera a descrição de contribuinte - No Capítulo XIII do Título I, é dada nova redação ao item IV do quadro do item 4.2, conforme segue:

ITEM	CONTRIBUINTE	PRAZO
IV	Prestadores de serviço de transporte ferroviário, de passageiros, de pessoas e/ou de cargas, e as refinarias de petróleo, ou suas bases e CPQ	Até o dia 20 do mês subsequente ao da emissão dos respectivos documentos fiscais"

(Tít. I, Cap. XIII, 4.2, IV)

• Acrescenta códigos de lançamento na GIA - Detalhamento de "Outros Débitos" - Na Seção VIII (OUTROS DÉBITOS – DETALHAMENTO) do Apêndice VII, ficam acrescentados os seguintes códigos, obedecida a ordem dos dispositivos do RICMS:

DESCRIÇÃO		CÓDIGO
Dispositivo do RICMS	Débito Fiscal referente a:	
	ICMS ST - Valor do repasse do dia 10 do imposto que tenha sido anteriormente retido por refinaria de petróleo ou suas bases	10
	ICMS ST - Valor do repasse do dia 20 do imposto que tenha sido anteriormente retido por outros contribuintes que não refinaria de petróleo	11
	ICMS ST - Valor do repasse do dia 20 do imposto que tenha sido anteriormente retido por refinaria de petróleo ou suas bases em que houve reversão da glosa em favor da unidade federada	12

(Ap. VII, Seção VIII)

5) Instrução Normativa RE nº 21/2018, DOE de 30/05/2018

• Acrescenta novos códigos de lançamento na GIA - Detalhamento das saídas "Isentas ou Não-tributadas" - Na Seção IV do Apêndice

VII, ficam acrescentados os seguintes códigos, obedecida a ordem dos dispositivos do RICMS:

DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO		CÓDIGO
Dispositivo do RICMS	Isenção de operações com mercadorias referente a:	
Livro I, art. 9º, CXCIX	Armas, coletes a prova de bala, munições, veículos automotores e equipamentos para emprego em sistemas de videomonitoramento e de proteção individual destinados à Secretaria de Segurança Pública do Estado.	157
Livro I, art. 9º, CC	Equipamentos de proteção individual importados destinados à utilização pelo Corpo de Bombeiros.	158

(Ap. VII, S. IV)

• UIF-RS - Junho de 2018 - Acrescenta o valor da Unidade de Incentivo do FUNDOPEM-RS (UIF-RS) para o mês de junho de 2018.

No Apêndice XXVI, fica acrescentado o valor da UIF-RS para o mês de junho de 2018, com fundamento no Decreto nº 49.205/12, art. 30, parágrafo único, conforme segue:

Ano	Mês	Valor (R\$)
2018	Jun	25,02

(Ap. XXVI)

ISSQN – PORTO ALEGRE

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

• **Regulamentações:** O Decreto n. 19.983/2018, DOM de Porto Alegre de 11 de maio de 2018, altera o Decreto n. 15.416/2006, que regulamenta a Lei Complementar n. 007/1973, quanto ao ISSQN, relativamente as novas regras sobre o local de incidência e novos serviços sujeitos à tributação, tendo em vista a Lei Complementar n. 809/2016.

Com essa publicação, para os serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 do Anexo I do Decreto n. 15.416/2006, o ISS, anteriormente devido ao Município onde estabelecido o prestador do serviço, passa a ser devido ao Município do domicílio dos clientes, tomadores ou intermediários.

No caso dos serviços a que se referem os subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de Serviços anexa, considera-se tomador do serviço:

- para os planos individuais ou familiares, o titular do plano, independentemente da quantidade de dependentes;
- para o plano coletivo empresarial, cada estabelecimento da pessoa jurídica em relação aos empregados, funcionários e afins a ela vinculados, seja matriz ou filial, e independentemente da celebração de contrato de forma centralizada;
- para o plano coletivo por adesão, cada estabelecimento da pessoa jurídica em relação aos beneficiários a ela vinculados."

No caso dos serviços de administração de fundos, considera-se tomador do serviço o cotista. Caso o cotista seja domici-

liado no exterior, o ISSQN deve ser recolhido em Porto Alegre quando este for o domicílio da administradora de fundos.

Estão abrangidos nos serviços de administração de cartões de crédito e débito todos os participantes do arranjo de pagamento de que trata o art. 6º da Lei federal n. 12.865/2013, tais como a bandeira, a credenciadora e o emissor, além de eventuais outros prestadores de serviço que se enquadrem no arranjo de pagamento, considerando-se tomadores:

- os portadores ou clientes, nos serviços prestados a eles pelas emissoras de cartão de crédito ou débito;
- os estabelecimentos credenciados, nos serviços prestados a eles pelas credenciadoras, emissoras, bandeiras e quaisquer outros participantes do arranjo de pagamento de cartão de crédito ou débito.

Observação:

a) Considera-se portador e/ou cliente o titular, pessoa física ou jurídica, que contrata o cartão de crédito ou débito, assumindo a obrigação de pagamento em caráter principal, ainda que indique pessoas para possuírem cartões adicionais como seus dependentes.

b) Considera-se estabelecimento credenciado a pessoa física ou jurídica habilitada a aceitar cartões de crédito ou débito como meio de pagamento.

Fica incluído, na condição de substitutos tributários, e responsáveis pelo pagamento do imposto, a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 7º do art. 3º-A da Lei Complementar n. 7/1973, e alterações posteriores.

Essa publicação estabelece que o serviço do subitem 1.09 da lista anexa é tributado com a alíquota de 2%, e para o serviço descrito no subitem 11.02 e os serviços de higiene e limpeza,

serviços de portaria e recepção a alíquota é de 2,5%.

Fica alterada a Lista de Serviços constante do Anexo I do Decreto nº 15.416, de 2006, conforme segue:

- Subitens da lista de serviços ALTERADOS

De		Para	
Código	Descrição	Código	Descrição
1.03	Processamento de dados e congêneres.	1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, da manutenção e da colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal.	16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

- Subitens da lista de serviços ACRESCENTADOS:

Código	Descrição
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei Federal nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais e periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

RECOLHIMENTO FORA DE PRAZO

TRIBUTOS FEDERAIS

• **IRPJ, IRPF, CSLL, IR-FONTE, IPI, PIS, COFINS, INSS e SIMPLES**

1 - JUROS: Os juros de mora deverão ser calculados nos seguintes percentuais:

Juros devidos em junho (%)						
Venc.	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Jan	56,61	48,44	37,95	25,29	12,06	3,04
Fev	56,12	47,65	37,13	24,29	11,19	2,57
Mar	55,57	46,88	36,09	23,13	10,14	2,04
Abr	54,96	46,06	35,14	22,07	9,35	1,52
Mai	54,36	45,19	34,15	20,96	8,42	1,00
Jun	53,75	44,37	33,08	19,80	7,61	
Jul	53,03	43,42	31,90	18,69	6,81	
Ago	52,32	42,55	30,79	17,47	6,01	
Set	51,61	41,64	29,68	16,36	5,37	
Out	50,80	40,69	28,57	15,31	4,73	
Nov	50,08	39,85	27,51	14,27	4,16	
Dez	49,29	38,89	26,35	13,15	3,62	

2 - MULTA DE MORA: 0,33% por dia de atraso, limitado a 20%.

As multas de mora a que se refere o art. 61, da Lei n. 9.430/96, aplicam-se retroativamente aos pagamentos de débitos para com a União, efetuados a partir de 1º de janeiro de 1997, independentemente da data de ocorrência do fato gerador - Ato Declaratório (Normativo) n. 01/97 - DOU de 10 de janeiro de 1997.

• **FGTS:** Após o dia 7 do mês seguinte ao de competência, os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ficam sujeitos à atualização monetária mediante aplicação dos percentuais divulgados pela Caixa Econômica Federal.

FGTS em atraso		Acréscimos Legais
Atualização Monetária	De acordo com Tabela divulgada pela CEF.	
Juros	0,5% ao mês ou fração.	
Multa	5%, quando pago no mês do vencimento; 10%, quando pago após o mês do vencimento.	

TRIBUTOS ESTADUAIS (RS)

• **ICMS:** ICMS vencido no período de 28/12/2000 a 31/12/2009, será atualizado pela variação da UPF-RS, dividindo-se o valor do imposto devido, expresso em moeda corrente, pelo valor da UPF-RS vigente no dia subsequente ao de ocorrência do fato gerador ou, conforme o caso, do encerramento do período de apuração a que corresponder, e multiplicando-se o resultado pelo valor da UPF-RS vigente em 1º/01/2010.

Após 1º/01/2010 não haverá atualização monetária.

ICMS em atraso	Acréscimos Legais
Atualização Monetária	Variação da UPF, conforme disposto acima.
Juros	1% ao mês-calendário ou fração, a partir de 30/06/97 até 31/12/2009 e, a partir de 1º/01/2010, juros SELIC, de acordo com as regras previstas na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Cap. II
Multa	0,334% por dia de atraso, até o limite de 20%. (Lei nº 13.711, de 06/04/11)

TRIBUTOS MUNICIPAIS (PORTO ALEGRE-RS)

• ISSQN:

Atualização Monetária: com a extinção da UFIR, a atualização monetária deixou de ser exigida no município.

Multa de mora: os percentuais de multa incidentes sobre os recolhimentos do ISSQN em atraso são:

- 2% sobre o valor atualizado, quando o pagamento ocorrer ainda no curso do mês de vencimento do imposto; e,
- 10%, sobre o valor atualizado, quando o pagamento ocorrer após o mês de vencimento do débito.

Juros de mora: são calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do débito, tomando por base a taxa SELIC, acumulada mensalmente, ou outro que venha a substituí-la.

O percentual de juros de mora relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1%. Nos termos do art. 270, § 5º do Decreto nº 15.416/06, em nenhuma hipótese os juros de mora poderão ser inferiores a 1% (um por cento).

INFORMES ECONÔMICOS

INFORMES ECONÔMICOS

S. MÍNIMO NAC - A partir de Jan/17	R\$ 954,00
UPF/RS - 2018	R\$ 18,8094
UFM - P. Alegre – 2018	R\$ 4,0145
UPC – 2º Trimestre/2017	R\$ 23,54
TJLP – 2º Trimestre/2017	0,5500 a.m. 6,60% a.a.
INPC (IBGE) - Maio/2018	0,43%
IGP-M (FGV) - Maio/2018	1,38%
SELIC - Maio/2018	0,52%
TR - Junho/2018	0,0000%
UIF-RS - Junho/2018	R\$ 25,02
INDICADORES EXTINTOS	
OTN - Janeiro/89	Cz\$ 6.170,19
OTN Fiscal-Extinta em 16.01.89	Ncz\$ 6,92
BTN - Fevereiro/91	Cr\$ 126,8621
BTN Fiscal-Extinta em 01.02.91	Cr\$ 126,8621
UFIR 2000 - Extinta em 27/10/00	R\$ 1,0641

DÓLAR: COTAÇÃO DIÁRIA

Data	Dólar dos EUA	
	Compra	Venda
02/05/2018	3,54180	3,54240
03/05/2018	3,54780	3,54840
04/05/2018	3,53020	3,53080
07/05/2018	3,54520	3,54580
08/05/2018	3,57820	3,57880
09/05/2018	3,59370	3,59430
10/05/2018	3,55610	3,55660
11/05/2018	3,57100	3,57160
14/05/2018	3,60910	3,60970
15/05/2018	3,67470	3,67530
16/05/2018	3,67970	3,68030
17/05/2018	3,68680	3,68740
18/05/2018	3,74970	3,75030
21/05/2018	3,70660	3,70720
22/05/2018	3,64960	3,65020
23/05/2018	3,65010	3,65070
24/05/2018	3,64300	3,64360
25/05/2018	3,65810	3,65870
28/05/2018	3,70860	3,70920
29/05/2018	3,72830	3,72890
30/05/2018	3,73640	3,73700
01/06/2018	3,74070	3,74130
04/06/2018	3,74180	3,74240
05/06/2018	3,77460	3,77520
06/06/2018	3,81870	3,81930
07/06/2018	3,89940	3,90000